

ESP-UNESP-FACUL.MED.VETERIN. ZOOT.-C.BOTUCATU

Termo de Referência 65/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
65/2026	102312-ESP-UNESP-FACUL.MED.VETERIN. ZOOT.-C. BOTUCATU	CARMEN SILVIA DE OLIVEIRA	11/06/2026 15:14 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		/2026

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de insumos, sementes, defensivos e silo bolsa para produção e, conservação de silagem de grão úmido, grão de milho seco, feno e pasto para alimentação dos rebanhos didático das FEPE/FMVZ e controle de ervas daninhas nas roças e nas áreas de uso comum das fazendas experimentais da FMVZ/UNESP - Campus de Botucatu, nas condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

O preço dos itens 1,2, 3, 4 e 10, no quadro abaixo, o valor unitário refere-se a 1 quilograma, porém no sistema compras.gov.br à unidade de fornecimento (saco de 10kg, saco de 20kg, saco de 25kg, saco de 50kg e tonelada) tendo sido feito a divisão simples para obtenção do preço unitário.

O valor do preço dos itens 09 e 14 foi ajustado para casa decimal, dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação; tendo em vista que o sistema compras.gov.br forneceu preço com casa centesimal.

ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA DO ITEM	CATMAT	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO
1	MAP - Fertilizante Map Purificado Fosfato Monoamonico 12-61-00. Adubo – acondicionado em bag Observação: Unidade de fornecimento na pesquisa de preço do compras.gov.br: Saco de 25 kg Validade mínima 18 meses	298974	7.500	Kg	R\$ 10,00
2	Adubo Ureia agrícola, 46% nitrogênio – acondicionado em bag				R\$ 3,40

	<p>Observação: Unidade de fornecimento na pesquisa de preço do compras.gov.br: tonelada</p> <p>Validade mínima 18 meses</p>	321945	14.000	Kg	
3	<p>KCL - cloreto de potássio - Adubo de Correção – acondicionado em bag</p> <p>Observação: Unidade de fornecimento na pesquisa de preço do compras.gov.br: Saco de 50 kg</p> <p>Validade mínima 18 meses</p>	319141	18.000	Kg	R\$ 3,44
4	<p>Semente de Capim Brachiaria Ruziensiis nua VC mín de 72% de primeira qualidade e alto nível de fertilização, com tratamento químico, com validade mínima para plantio na safra 2026-2027.</p> <p>Observação: Unidade de fornecimento na pesquisa de preço do compras.gov.br: Saco de 20 kg</p>	388596	140	Kg	R\$ 12,00
5	<p>CLETODIM - Herbicida seletivo com a seguinte composição:</p> <p>(RS)-2-[(E)-1-[(E)-3-chloroallyloxyimino]propyl]-5-[2-(ethylthio)propyl]-3-hydroxycyclohex-2-enone; (CLETODIM). 240,0g/L (24,00% m/v); Solvente nafta de petróleo aromático pesado 627,9g/L (62,79% m/v); Outros Ingredientes.92,1g/L (9,21% m/v).</p> <p>O produto deverá ser entregue em embalagem de até 20 litros, original, inviolada e sem fracionamento.</p> <p>Validade mínima 18 meses</p>	390763	80	Litro	R\$ 37,90
6	<p>GLIFOSATO - herbicida com a seguinte composição: Sal de Amônio de N-(phosphonomethyl)glycine (GLIFOSATO) 792,5 g/Kg (79,25% m/m)</p> <p>O produto deverá ser entregue em embalagem de até 20 litros, original, inviolada e sem fracionamento.</p> <p>Validade mínima 18 meses</p>	480280	470	Litro	R\$30,00
7	<p>Herbicida Butoxyethyl 3,5,6-trichloro-2-pyridyloxyacetate (TRICLOPIR-BUTOTÍLICO) 680,0 g/L (68,00% m/v) - Herbicida pré-emergente e pós-emergente precoce, para controle das plantas daninhas de ciclos anuais</p> <p>O produto deverá ser entregue em embalagem de até 20 litros, original, inviolada e sem fracionamento.</p> <p>Validade mínima 18 meses</p>	446107	80	litro	R\$ 73,50
8		380360	120	litro	R\$ 22,68

	<p>ATRAZINA: Herbicida pré e pós-emergente precoce com a seguinte composição: herbicida 6-chloro-N2-ethyl-N4-isopropyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine (ATRAZINA) 500 g/L (50% m/v).</p> <p>O produto deverá ser entregue em embalagem de até 20 litros, original, inviolada e sem fracionamento.</p> <p>Validade mínima 18 meses</p>				
9	<p>Sementes milho Híbrido cultivar BM 3088 Pro 4 com tratamento industrial, resistente a praga e glifosato, no mín. 85% de germinação e 98% de pureza, sacos contendo aproximadamente 60000 sementes, peneira C2C ou C3M com validade mínima para plantio na safra 2026-2027. Não será aceito sementes reanalisadas ou de anos anteriores</p> <p>Saco com 60.000 sementes</p> <p>REFERÊNCIA: Sementes milho Híbrido cultivar AS1988 PRO4 Agroeste</p>	608286	20	Saco com 60.000 sementes	R\$ 1.062,59
10	<p>Semente de Sorgo Boliviano (Sorghum bicolor)</p> <p>Sementes 6002 Sorgo Boliviano Gigante - com validade mínima para plantio na safra 2026-2027. Não será aceito sementes reanalisadas ou de anos anteriores.</p> <p>Referência: Sementes de Sorgo Gigante Agri 0002 - Latina Seeds</p>	298494	75	KG	R\$ 229,04
11	<p>Semente de milho híbrido cultivar MG 593 Pro 4 com tratamento industrial, resistente a praga e glifosato, no mín. 85% de germinação e 98% de pureza, sacos contendo aproximadamente 60000 sementes, peneira C2C ou C3M com validade mínima para plantio na safra 2026-2027. Não será aceito sementes reanalisadas ou de anos anteriores</p> <p>Saco com 60.000 sementes</p> <p>REFERÊNCIA: Semente de milho híbrido cultivar Morgan 616 PWU</p>	600421	20	Saco com 60.000 sementes	R\$ 1.040,00
12	<p>Inseticida com composição - 2-methylbiphenyl-3-ylmethyl (Z)-(1RS, 3RS) -3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl) -2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate (BIFENTRINA), 50,00 g/L (5,00% m/v) 2,3-dihydro-2,2-dimethylbenzofuran-7-yl (dibutylaminothio) methylcarbamate (CARBOSSULFANO), 150,00 g/L (15,00% m/v) - Inseticida e acaricida de pulverização utilizado para controle de cigarrinha, percevejo e pulgão.</p> <p>O produto deverá ser entregue em embalagem de até 20 litros, original, inviolada e sem fracionamento.</p>	438841	120	litro	R\$ 93,98

	Validade mínima 18 meses REFERÊNCIA: Insenticida ENGEO PLENO™ S				
13	<p>Óleo Mineral pronto e composto, emulsificante em água. Óleo mineral pronto e composto para ser utilizado na preparação da calda de defensivos, inoculantes e outros produtos</p> <p>O produto deverá ser entregue em embalagem original, inviolada e sem fracionamento.</p> <p>Validade mínima 18 meses</p> <p>REFERÊNCIA: Agefix</p>	378132	60	litro	R\$ 12,80
14	<p>Bioinseticida fisiológico de ação hormonal concentrado para combate de pragas agrícolas, utilizado como adjuvante em herbicidas de composição Extrato de Azadirachta indica. 815,0 g/L (81,5% m/v) do grupo químico dos aminoácidos</p> <p>O produto deverá ser entregue em embalagem original, inviolada e sem fracionamento.</p> <p>Validade mínima 18 meses</p> <p>REFERÊNCIA: Bioinseticida Opennee</p>	424589	20	litro	R\$ 122,09
15	<p>Fertilizante; Inoculante, para Tratamento de Sementes de Milho; Cepas Bac. Fix. Nitrogenio Azospirillum Brasiliense - Cepas Ab-v5 e Ab-v6, Gar. Conc. Min. 2,0x108.</p> <p>O produto deverá ser entregue em embalagem original, inviolada e sem fracionamento.</p> <p>Validade mínima 18 meses</p>	485562	10	litro	R\$ 68,00
16	<p>CLETODIN COMPOSIÇÃO: (RS)-2-[(E)-1-[(E)-3-chloroallyloxyimino]propyl]-5-[2-(ethylthio)propyl]-3-hydroxycyclohex-2 enone (CLETODIM). 240,00 g/L (24,00% m/v) methyl (R)-2-{4-[3-chloro-5-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxy]phenoxy} propanoate (HALOXIFOPE-P-METÍLICO).123,60 g/L (12,36% m/v)</p> <p>Equivalente Ácido de Haloxifope-P-metílico.120,00 g/L (12,00% m/v).</p> <p>Solvente nafta de petróleo aromático pesado.601,72 g/L (60,17% m/v).</p> <p>Outros Ingredientes..33,79 g/L (3,40% m/v)</p>	486681	40	litro	R\$ 37,75

	<p>O produto deverá ser entregue em embalagem original, inviolada e sem fracionamento.</p> <p>Validade mínima 18 meses</p> <p>REFERÊNCIA: Kennox</p>				
17	<p>GLUFOSINATO 200 SL - Composição: Ammonium 4-[hydroxy(methyl)phosphinoyl]-DL-homoalaninate ou ammonium DLhomoalanin- 4-yl (methyl)phosphinate (GLUFOSINATO-SAL DE AMÔNIO) 200 g/L (20,0% m/v). Outros ingredientes 898 g/L (89,8% m/v)</p> <p>O produto deverá ser entregue em embalagem original, inviolada e sem fracionamento .</p> <p>Validade mínima 18 meses</p>	387991	60	litro	R\$ 21,00
18	<p>Silo bolsa para armazenamento de grãos e forragens medindo 5 pés de diâmetro x 60 metros de comprimento em polietileno preto e branco, com 3 camadas, capacidade de 60 a 90 toneladas, lona de 140 micras de espessura.</p> <p>As bolsas devem ter sido produzidas no ano de 2026</p> <p>Referência: Silo-Bolsa Pacifil</p>	374240	06	Unidade	R\$ 1.220,00

CONDIÇÕES GERAIS

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é até o recebimento definitivo do objeto, uma vez que a entrega não será parcelada.

1.5. Os produtos relacionados no presente TERMO DE REFERÊNCIA devem ser de primeira qualidade e, dentro do que estabelece a legislação em vigor, devem ser de marca reconhecida e atuante no mercado brasileiro, possuir selo de qualidade, inspeção ou garantia dos órgãos fiscalizadores federais ou a quem por eles designados.

1.6. Os produtos devem estar acondicionado em embalagens originais apropriadas para o produto que abriga, em embalagens de primeiro uso, lacradas e com lacre ileso, original do fabricante e devidamente acondicionados e protegidos para o transporte e estar empilhado no limite determinado pelo fabricante.

1.7. As embalagens originais devem estar ilesas sem mancha de vazamento, umidade, descoloração, corrosão, rachadura ou com qualquer tipo de avaria que comprometa sua integridade, pureza, poder de germinação quando for o caso, será considerado avaria ainda, etiquetas descoladas, rasgadas, descoloridas ou remarcadas.

1.8. A validade dos insumos e defensivos deve ser no mínimo de 12 meses a contar da data de entrega na FEPE/FMVZ. A data de validade deve estar impressa, original e tipograficamente na embalagem.

1.9. As sementes de reconhecida qualidade, devem estar acondicionadas em sacos apropriados para manutenção de sua integridade e fertilidade, com taxa mínima de 85% de germinação e 98% de pureza, serem compatíveis para peneiras C2C ou C3M, serem destinadas especificamente para plantio para a safra 2026-2027, e serem submetidas a tratamento industrial tratamento industrial contra o ataque de pragas comuns à sua espécie.

1.9.1. As sementes de milho, deverão ter sido produzidas no ano de 2026, não serão aceitas sementes reanalisadas ou de anos anteriores, e a fim de atender sua especificidade e da necessidade de tratamento industrial, as sementes de milho poderão ser entregues na Supervisão das FEPE/FMVZ até 30 de setembro de 2026.

1.9.2. O contratado deverá fornecer certificado de germinação e pureza das sementes, bem como garantia da genética exigida, ambos expedidos pelo fabricante.

1.9.3. Será retirado de toda embalagem de sementes amostragem para teste de germinação. Caso seja comprovada sua ineficácia ou incompatibilidade com o que foi solicitado, o material será devolvido ao contratado, sem ônus para a contratante.

1.10. Todos os materiais objetos do presente contrato serão, a critério da contratante, e quando este achar apropriado, sujeitos a análises laboratoriais e outras análises que julgar pertinente, sendo que o recebimento final da entrega do produto se dará após o resultado das análises e concordância do requerente.

1.11 No caso de divergência do produto entregue pelo fornecedor com o produto solicitado pelo requerente, o mesmo será devolvido e as custas da devolução serão por conta do fornecedor, sendo que a embalagem violada para análise comporá a carga de devolução, sem ônus para o contratante.

1.12 Embalagens adulteradas ou danificadas serão rejeitadas no recebimento

1.13. Não será aceito embalagem com lacre violado.

1.14. Não será aceito material em embalagem fracionada.

1.15. Dentro de cada item não será aceito a entrega parcelada do material.

1.16. Tendo em vista a necessidade do tratamento industrial a entrega das sementes de milho poderá ser até 30/09/2026 e, a entrega dos demais materiais deverá ser em até 30 dias corridos da data do envio da nota de empenho.

1.17. Dentro do que estabelece a legislação em vigor não será aceito prorrogação do prazo de entrega, tendo em vista a compra estar sendo realizada no prazo limite para início do processo de tratamento do solo e plantio para safra 2026-2027.

1.18. Todo material deverá ser entregue, descarregado e empilhado por conta do fornecedor em local a ser determinado pela Supervisão das FEPE /FMVZ em horário comercial e dia útil, obedecendo o horário de funcionamento da unidade auxiliar e o calendário oficial da unidade universitária, devendo a entrega ser agendada previamente.

1.29. Caso ocorra a entrega dos bens em local e horário que não os estabelecidos no contrato, o fornecedor será notificado oficialmente, devendo realizar a imediata realocação dos bens conforme o descrito no edital.

1.20. A contratante não se responsabiliza pelo extravio de bens entregue a pessoas estranhas ao corpo de colaboradores oficiais da FEPE/FMVZ, daí a necessidade de agendamento da entrega.

1.21. Para todos os itens do presente TERMO DE REFERÊNCIA, o licitante deverá enviar o Catálogo/ficha técnica do fabricante em conformidade com o produto ofertado, no qual constem todas as informações necessárias para perfeita identificação do material ofertado.

1.22. Após concluído o processo licitatório não será aceito substituição de marca, modelo, embalagem ou qualquer outra característica do produto ofertado.

1.23. A presente contratação não possui natureza continuada e as embalagens vazias serão devidamente recicladas não gerando impacto ambiental no processo.

Subcontratação

1.24. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A contratação em questão está prevista no Plano de Contratações Anuais nos termos da legislação em vigor.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Os materiais, objeto da presente contratação serão utilizados integralmente no período de 18 meses.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos

4.1.1. A presente contratação não possui natureza continuada e as embalagens vazias serão destinadas à reciclagem apropriada nos termos da legislação em vigor, não gerando impacto ambiental no processo.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Dentro de cada item não haverá parcelamento na entrega.

5.2. As sementes de milho poderão ser entregues até o dia 30/09/2026 e os demais produtos devem ser entregues no prazo de até 30 dias corridos da data de envio da nota de empenho à contratada.

5.2.1. A nota de empenho será enviada por correspondência eletrônica no e-mail cadastrado pelo fornecedor no SICAF ou apresentado na proposta de preço.

5.2.2. A não confirmação de recebimento do e-mail no prazo estabelecido no Item 14.2.2 do Edital, será considerada como recusa em assinar o contrato e a empresa poderá ser submetida às penalidades previstas.

5.3. Não será aceito produto em embalagem fracionada, danificada ou fora do prazo de validade mínima.

LOCAL DE ENTREGA:

5.4. Os materiais, atendidos conforme o especificado, deverão ser entregues, descarregados e empilhados por conta do fornecedor em local a ser determinado pela Supervisão das Fazendas de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, na Fazenda

Experimental Lageado, com acesso pelos seguintes endereços na cidade de Botucatu/SP:

I) Avenida Universitária, nº 3.780, CEP 18.610-034, Altos do Paraíso (Portaria I) ou

II) Rodovia Alcides Soares, Km 3 (Portaria II)

5.5. A entrega será em dia útil, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 8h às 10h30h e das 14h às 16h, obedecido o calendário oficial da unidade universitária.

5.6. É OBRIGATÓRIO O AGENDAMENTO DA ENTREGA (14) 3880-2929 na Supervisão das FEPE/FMVZ

5.7. Não será aceita entrega de material no almoxarifado da FMVZ.

5.8. Caso ocorra a entrega dos bens em local e horário que não os estabelecidos no contrato, o fornecedor será notificado oficialmente, devendo realizar a imediata realocação dos bens conforme o descrito no edital.

5.9. A contratante não se responsabiliza pelo extravio de bens entregue a pessoas estranhas ao corpo de colaboradores oficiais da FEPE/FMVZ, daí a necessidade de agendamento da entrega.

5.10. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos, inclusive do transporte dos materiais em devolução por estarem fora de conformidade.

5.11. Dentro do que estabelece a legislação em vigor não será aceito prorrogação do prazo de entrega, tendo em vista a compra estar sendo realizada no prazo limite para início do processo de plantio para a safra 2026-2027.

5.12. Considerando que os itens são substâncias voláteis e que perdem sua integridade naturalmente, o prazo de validade na data da entrega deverá estar de acordo com o solicitado pelo requerente.

5.13. Os produtos ofertados devem ser originais, de qualidade reconhecida no mercado brasileiro e ter na entrega a validade mínima especificada pelo requerente.

5.14. Os produtos, a critério do requisitante, poderão ser submetidos às análises laboratoriais que este julgar necessárias. Caso não atendam às especificações de qualidade estabelecidas no Edital Licitatório — inclusive quanto ao prazo de validade —, serão devolvidos e obrigatoriamente substituídos por produtos que cumpram as exigências contratuais, sob pena de sanções à empresa.

5.14.1. As sementes serão submetidas a teste de germinação.

5.14.2. Não será aceito semente reanalisado ou de anos anteriores.

5.13. Toda material que chegar à FEPE/FMVZ será conferida em quantidade e ter assegurado a sua correspondência em espécie, peso integridade e discriminação com a nota fiscal.

Garantia

5.14. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação), o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico realizará, em conformidade com o cronograma de entregas, as medições do objeto entregue e verificado, dando andamento ao pagamento das notas fiscais, conforme as medições realizadas.

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, juntamente com o representante do Setor de Almoxarifado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, para cada entrega.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.9.1. o prazo de validade;

7.9.2. a data da emissão;

7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicafe ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento dos objetos será com entrega única e imediata em até 20 dias corridos a contar do envio da nota de empenho à Contratada.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.5. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 8.9. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.11. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Agricultor familiar:** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.
- 8.13. Produtor Rural pessoa física:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (artigos 15 a 17 e 146).
- 8.14.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.15.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21.** Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples

8.24. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.24.1 Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

8.24.2. Na ausência do prazo de validade nessa certidão, será considerado o de 6 (seis) meses.

Outras comprovações

8.25. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação :

8.25.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.25.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.25.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio

8.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 296.420,80

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ R\$ 296.420,80 (duzentos e noventa e seis mil, quatrocentos e vinte reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do crédito orçamentário da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia e, de classificação funcional programática e categoria econômica, demonstrada em nota de reserva, que será providenciada em tempo oportuno.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARMEN SILVIA DE OLIVEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 14:39:45.

CINIRO COSTA

Supervisor FEPE/FMVZ



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 14:46:32.

EDVALDO JOSE VITO

Supervisor – SAA /FMVZ



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 15:14:36.

